

A CRISE FINANCEIRA NA EUROPA: qual papel para os BRICS?

Miguel Otero-Iglesias

1. INTRODUÇÃO

A crise financeira global teve início nos Estados Unidos em 2007, e provocou o colapso do Lehman Brothers no outono de 2008 e a crise da dívida na Europa, que atingiu primeiramente a Grécia no fim de 2009 e ainda não teve fim. Estes acontecimentos são vistos como o divisor de águas na reconfiguração da ordem internacional política e econômica, e aumentaram a percepção de que o Ocidente está em declínio e o Resto dos países, especialmente os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) estão emergindo. Sob esta perspectiva, este capítulo pretende analisar o papel dos BRICS na crise europeia. Quatro argumentos serão apresentados: em primeiro lugar será demonstrado que uma das causas da crise é a falta de competitividade da qual sofrem alguns países periféricos da zona do euro frente ao resto do mundo, especialmente os mercados emergentes – o que foi parcialmente engatilhado por uma valorização nominal formidável do euro nos anos anteriores a crise. Nesse sentido, pode-se argumentar que a crise é consequência de um mundo cada vez mais globalizado e competitivo. Este argumento explica também porque vozes protecionistas tem ganhado força na Europa – à exceção da Alemanha, os BRICS são vistos na zona do euro cada vez mais como ameaça, e não como oportunidade. Além disso, a Europa tem se tornado mais introspectiva e temerosa frente aos outros países, uma tendência que tem o potencial de prejudicar sua influência nos assuntos internacionais.

A crise expôs claramente as fraquezas da União Europeia como um todo, e mais específica da União Monetária Europeia (EMU, na sigla em inglês). Contudo, – e este é o segundo argumento – a crise também mostrou que a UE continua sendo o mercado único mais importante do mundo. Formuladores de política em mercados emergentes começaram a descartar a Europa como um continente envelhecido com baixos níveis de dinamismo, mercados de trabalho rígidos e perspectivas de crescimento baixas, mas quando as ondas do tsunami da crise europeia os atingiram perceberam o quanto suas companhias e investidores ainda dependem do mercado europeu, tanto para consumo quanto para inovação tecnológica. Ironicamente, a crise do euro lembrou os Estados Unidos e os mercados emergentes que a UE ainda importa. Talvez seja menos importante no futuro – a tendência de diversificar para além da Europa foi reforçada pela própria crise – mas por enquanto ainda é a maior economia do mundo, representando aproximadamente 25% do PIB mundial. Isso significa que quando há uma recessão na UE há também redução do crescimento nos outros países. É por essa razão que formuladores de política em Washington, Brasília e Beijing instaram formuladores de política em Bruxelas, Berlim e Paris a agir em conjunto e resolver a crise do Euro. Nesse sentido, a crise deu novo equilíbrio às relações: oficiais europeus não estão mais em posição de dizer aos seus colegas dos BRICS como conduzir suas economias – é mais provável que o inverso ocorra, para desalento dos europeus. Portanto, a crise realmente enfraqueceu em certa medida da UE e fortaleceu as vozes dos BRICS em organizações internacionais e fóruns como o FMI e o G20.

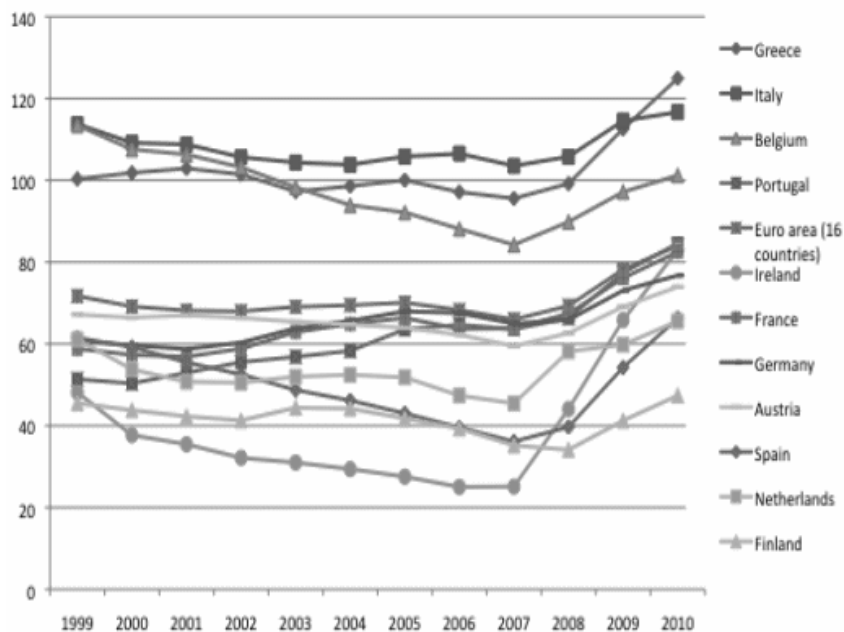
O terceiro argumento deste capítulo é que o acrônimo BRICS é, de certa forma, enganador. O rótulo pode ter funcionado muito bem como campanha de marketing para o Goldman Sachs – é verdade que estes países possuem taxas de crescimento superiores às dos EUA e da UE e seus líderes encontram-se periodicamente – mas em análise mais profunda se torna óbvio que esta não é uma aliança homogênea. Os cinco países compartilham um objetivo: aumentar sua influência nos assuntos internacionais. Mas as suas diferenças econômicas, políticas e estratégicas são grandes demais para que ajam como um bloco consolidado. Por essa razão, ao analisar seu papel na crise do Euro é melhor focar em cada país individualmente. Ao fazê-lo, fica clara a preponderância da China, que teve efeito estabilizador crucial durante a crise: sua decisão por continuar investindo na zona do Euro evitou pânico generalizado

nos mercados financeiros europeu e internacional. É interessante notar que de certa maneira a China ocupou o espaço deixado para os Estados Unidos, que pela primeira vez em décadas adotou postura mais passiva com relação a integração europeia.

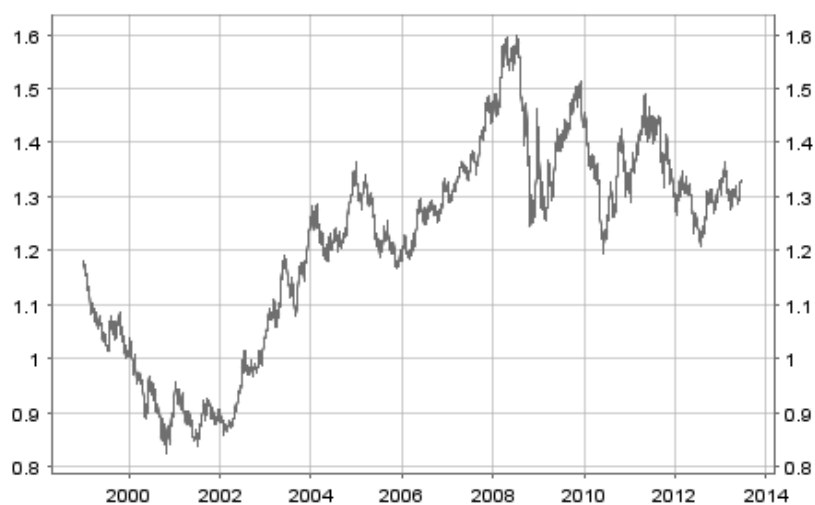
De maneira geral, portanto, – e este é o argumento final – os BRICS podem ser vistos como uma das causas da crise, mas também como parte da solução. A bola agora está na quadra dos europeus, e se eles quiserem que alguns dos BRICS que mais rapidamente crescem abram seus mercados para produtos e investimentos oriundos da Europa talvez precisem dá-los em troca mais voz na governança da economia mundial. Nesse sentido a UE, ou ao menos a zona do Euro, deveria considerar seriamente a possibilidade de ter um único assento no FMI e além, simplesmente porque uma posição unificada tornaria mais fácil o uso do mercado comum e do acesso ao mesmo (tanto para comércio quanto para investimentos) como moeda de barganha com as potências emergentes.

2. VIVENDO COM O EURO VALORIZADO

Por algum tempo, e especialmente porque os formuladores de política alemães sobrevalorizaram este ponto, a percepção geral na mídia e entre formuladores de política e especialistas ao redor do mundo foi de que a crise do Euro era consequência de políticas fiscais frouxas na periferia da zona do Euro; felizmente, essa análise ganhou nuances. Há agora um consenso entre os pesquisadores de que a crise europeia possui quatro faces: é fiscal, bancária, de competitividade e política. (Otero-Iglesias 2013). Enquanto é correto dizer que a Grécia, e até certo ponto a Itália, experimentaram uma crise fiscal com a razão dívida/PIB chegando a 100%, Espanha e Irlanda são casos diferentes: sua dívida pública era bastante baixa (menos de 40%, ver gráfico 1) antes da crise estourar. Nesses casos o problema foi a formação de bolhas imobiliárias insustentáveis aliadas a níveis excessivos de endividamento familiar, alimentados pela facilidade de crédito. Assim, ao se analisar Irlanda e Espanha é mais preciso dizer que sofreram uma crise bancária. (De Grauwe, 2010).

Gráfico 1. Dívida pública bruta consolidada

Fonte: Comissão Europeia, AMECO.

Gráfico 2. Taxa de câmbio dólar-Euro

Fonte: Banco Central Europeu.

O que maneira geral é verdade para todos os países na periferia da zona do Euro (talvez com exceção à Irlanda) é que a sua competitividade internacional erodiu ao longo da última década. Diversas razões podem explicar este fator: uma é que pela primeira vez em muitas décadas estes países tiveram uma moeda forte – é importante salientar que o Euro valorizou quase 100% entre 2002, quando valia US\$0,86, e 2008, quando estava cotado a US\$1,60 (ver gráfico 2). Esta valorização maciça foi um incentivo para alterar a atividade econômica na direção de bens e serviços não comercializáveis, o que fez dessas economias que já eram menos focadas na exportação ainda mais dependentes da demanda doméstica.

Durante certo tempo países como a Espanha tiveram bom desempenho. Tendo como base forte demanda doméstica e investimentos massivos em infraestrutura e construção civil eles geraram taxas de crescimento superiores a média da zona do Euro. Contudo, gradualmente sua competitividade internacional enfraqueceu, não apenas devido a valorização do Euro mas também porque seus níveis de inflação elevaram os salários indexados à inflação acima dos níveis relativamente baixos de produtividade. Adicionando a isso o desenvolvimento de políticas de contenção salarial por parte de empresas alemãs; a entrada dos países da Europa central e oriental na UE, atraindo as montadoras dos principais países da zona do Euro; e a entrada da China na OMC em 2001, passando a disputar ferozmente mercados de setores tradicionais de países do sul da zona do Euro, como sapatos e têxteis, é possível compreender porque seu déficit de balança comercial começou a crescer. Infelizmente, estes países não usaram o crédito barato resultante da entrada no Euro para melhorar suas estruturas econômicas e galgar posições a cadeia de valor agregado. Ao invés disso, uma moeda muito forte, falta de mecanismos para administração de crises e estruturas para governança da união monetária e a expansão da globalização os fizeram excessivamente vulneráveis a choques externos. Uma pesquisa recente publicada pelo FMI traz gráficos que explicam essa evolução (ver tabela 1). A tabela mostra como entre 2000 e 2008 países como Grécia, Itália, Espanha e Portugal aumentaram substancialmente suas importações da Ásia emergente, países exportadores de petróleo e Europa Central e Oriental. Em geral o impacto da China nos desequilíbrios internos e externos que estão na origem da crise europeia não pode ser negado. Nesse sentido, o FMI reconhece que (2012, p. 4) “the rise of China generated strong demand for machinery and equipment goods exported by Germany while exports from euro area debtor countries were displaced from their foreign markets by Chinese exports”.

Tabela 1. Exportações e Importações dos países da zona do Euro vis-a-vis Ásia emergente, exportadores de *commodities* e países da Europa Central e Oriental

		Imports (ratio of GDP) 1999-2000	Imports (ratio of GDP) 2007-2008	Exports (ratio of GDP) 1999-2000	Exports (ratio of GDP) 2007-2008
Greece	Emerging Asia	1.4%	2.6%	0.2%	0.1%
	Commodity Exporters	2.2%	4.3%	0.6%	0.5%
	CEE	0.9%	1.5%	1.4%	1.6%
	Total	4.5%	8.3%	2.1%	2.3%
Italy	Emerging Asia	1.1%	2.2%	0.9%	1.2%
	Commodity exporters	1.9%	3.2%	1.3%	2.4%
	CEE	1.0%	1.8%	1.4%	2.4%
	Total	4.0%	7.2%	3.5%	6.0%
Portugal	Emerging Asia	1.1%	1.4%	0.2%	0.9%
	Commodity Exporters	2.3%	3.6%	0.8%	1.8%
	CEE	0.4%	0.7%	0.2%	0.6%
	Total	3.7%	5.7%	1.2%	3.3%
Spain	Emerging Asia	1.4%	2.4%	0.4%	0.5%
	Commodity Exporters	1.9%	3.4%	0.8%	1.1%
	CEE	0.3%	0.9%	0.5%	0.8%
	Total	3.7%	6.6%	1.6%	2.4%
France	Emerging Asia	1.2%	1.6%	0.9%	1.3%
	Commodity Exporters	1.6%	2.4%	1.4%	1.7%
	CEE	0.4%	1.1%	0.7%	1.1%
	Total	3.2%	5.1%	3.0%	4.1%
Germany	Emerging Asia	1.9%	3.1%	1.3%	2.7%
	Commodity Exporters	1.5%	2.7%	1.4%	3.2%
	CEE	2.1%	3.7%	2.3%	4.7%
	Total	5.5%	9.6%	5.0%	10.6%

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Como consequência da crise, os países endividados realizaram processos dolorosos de ajustes e começaram a aumentar suas exportações para fora da zona do Euro. A Espanha, por exemplo, está colhendo números de exportação recorde. Seu déficit da balança comercial bilateral com a China é representativo da evolução geral antes e depois da crise estourar: em 2002 a Espanha tinha um déficit de cinco bilhões de euros em suas relações comerciais com a China; seis anos depois, em 2008, este valor havia mais que triplicado, atingindo os 18,3 bilhões de euros. Contudo, desde o início da crise este número a baixar, chegando a 13,8 bilhões em 2012 (ver tabela 2).

Tabela 2: Exportação e importação entre Espanha e China

	Exports		Imports		Net	
	Value	% previous year	Value	% previous year	Value	% previous year
2002	796,1	25,51%	5.770,8	13,62%	-4.974.6	11,92%
2003	1.100,3	38,21%	6.729,1	16,61%	-5.628.6	13,15%
2004	1.162,2	5,63%	8.531,3	26,78%	-7.369.06	30,92%
2005	1.527,3	31,41%	11.709,3	37,25%	-10.182.0	38,17%
2006	1.722,2	12,76%	14.369,6	22,72%	-12.647.3	24,21%
2007	2.126,7	23,49%	18.492,7	28,69%	-16.366.0	29,40%
2008	2.152,7	1,23%	20.492,5	10,81%	-18.339.8	12,06%
2009	1.986,1	-7,74%	14.457,5	-29,45%	-12.471.3	-32,00%
2010	2.663,4	34,10%	18.916,4	30,84%	-16.252.9	30,32%
2011	3.387,3	27,18%	18.704,8	-1,12%	-15.317.4	-5,76%
2012	3.765,7	11,09%	17.631,3	-5,42%	-13.865.5	-9,09%

Fonte: Ministério da Economia, Espanha

É difícil avaliar se essa tendência terá continuidade nos próximos anos. No caso específico da Espanha é interessante observar que, apesar de todos os esforços para tornar-se mais competitivo, o país ainda possui déficits em suas relações comerciais com os cinco países dos BRICS. Este cenário contrasta com o observado no núcleo da zona do euro, em especial Alemanha e Holanda, que conseguem prosperar graças à demanda dos BRICS.

Esta situação divergente é terreno fértil para vozes protecionistas na periferia, e mesmo na França. É crescente o sentimento de que é impossível competir com mercados emergentes em salários, logo a solução deve ser fechar o mercado europeu para essa competição desleal. As recentes medidas anti-dumping adotadas pela UE contra os painéis solares chineses são apenas o exemplo mais recente dessa tendência: em geral, a Comissão Europeia (2012) reconhece que alguns países dos BRICS, inclusive o Brasil, vem adotando barreiras não-tarifárias no comércio desde o início da crise financeira global, e chegou o momento da UE responder na mesma moeda. Não se pode afirmar que esta abordagem mais assertiva por parte da Comissão irá funcionar, especialmente considerando que há uma divisão entre o sul e a França, defensores de uma atitude mais agressiva, e a Alemanha, Reino Unido, Holanda e países nórdicos, de pensamento mais liberal, que temem uma guerra comercial. Alguns formuladores de política nesses países nórdicos estão mais próximos a visão de Jim O'Neill (2011), o mentor intelectual do acrônimo BRIC, que argumenta que a Europa deveria ver os BRICs (O'Neill não considera a África do Sul parte do grupo)

como uma oportunidade, e não como ameaça. Em suas palavras, o medo dos BRICs *“reflects a more common European concern that somehow Europe can no longer influence the rest of the world, and can only be influenced by it. Changing this perception and raising the awareness that the emergence of the BRICs can be positive for Europe is an urgent task for Europe’s political leaders and intellectual thinkers”*. Em locais como a Alemanha esta mensagem foi internalizada, mas na periferia da zona do Euro muitos desconfiam dela.

3. A EUROPA AINDA IMPORTA

Apesar de todo o pessimismo acerca do futuro da UE, e da zona do euro em particular, esta crise mostrou que a UE ainda importa. Era comum dizer que quando os Estados Unidos espirram, a Europa pega um resfriado. Desta vez é possível dizer que os Estados Unidos desenvolveram um resfriado muito forte, a Europa teve febre, mas o vírus está ameaçando se espalhar pelo globo. A crise serviu como alerta para muitos formuladores de política ao redor do mundo, que vinham descrevendo a Europa como um continente estagnado com mercados de trabalho rígidos, populações envelhecidas, pouco dinâmico e com projeções baixas para suas taxas de crescimento. Em sua visão a Europa vinha se tornando cada vez menos importante nos assuntos políticos e econômicos. Contudo, ao longo dos últimos anos estes mesmos analistas perceberam que o mercado único europeu é quase tão importante quanto o americano: é maior em números absolutos, e a economia da UE é mais aberta do que a dos Estados Unidos. Conforme explicado pelo premiê chinês, Wen Jiabao, em fevereiro de 2012:

Now Europe is facing a debt crisis and we must consider relations with Europe strategically to protect our national interests. On the one hand, our biggest export market is Europe. On the other hand, Europe is our biggest source for importing technology. From this perspective, helping to stabilise European markets in fact amounts to helping ourselves. (citado em Buckley, 2012).

Comentários similares foram feitos por formuladores de política em todos os membros dos BRICS. A razão é clara: a recessão que teve início na zona do euro no fim de 2011, e que continua se desenvolvendo no momento em que este artigo é escrito (Junho de 2013), teve efeitos consideráveis nesses cin-

co países. Uma comparação entre os níveis de crescimento em 2011 e 2012 confirma esta afirmação: enquanto os EUA cresceram 1,8% em 2011 e 2,2% em 2012, o Brasil passou de 2,7% para 0,9%; a Rússia de 4,3% a 3,4%; a Índia de 7,7% para 4,0%; a China de 9,3% para 7,8% e a África do Sul de 3,5% para 2,5%. (FMI, 2013). A péssima situação econômica na Europa gerou tanta preocupação nos governos dos BRICS que o grupo concordou, em junho de 2012, em aumentar a capacidade de empréstimos ao FMI caso a Europa precisasse de mais ajuda financeira para resgatar algumas de suas maiores economias, como Itália e Espanha. Após o Japão decidir colocar US\$ 60 bilhões na mesa, a China ofereceu US\$ 34 bilhões, e Brasil, Rússia e Índia US\$ 10 bilhões cada. No entanto, os BRICS lembraram aos europeus que este dinheiro apenas estaria disponível depois da completa implementação das reformas eleitorais acordadas em 2010 para o órgão – o que ainda não aconteceu. É significativo também que os Estados Unidos abstiveram-se de prover qualquer ajuda financeira extra ao FMI, em parte devido às suas próprias dificuldades econômicas internas, mostrando um relativo declínio em relação aos emergentes, e em parte porque em Washington existe a sensação de que os europeus possuem recursos suficientes para resolver a crise sozinhos.

Enquanto os Estados Unidos ocuparam um papel passivo pouco usual com relação à crise do Euro, os BRICS foram mais assertivos em demandar dos europeus ações rápidas para superar suas dificuldades financeiras. Foi relatado que no encontro do G20 em Los Cabos, no México, em junho de 2012, o Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, economista de origem, agiu como porta-voz dos BRICS quando disse aos líderes da zona do Euro que a *“Europe was getting it all wrong in its approach to solving the crisis”*. Suas críticas pareceram ter sido dirigidas especialmente à Alemanha, ao afirmar que *“Austerity in debt-ridden members of the eurozone can work only if surplus members are willing to expand to offset contraction elsewhere in the currency area”* (citado em Srinivasan, 2012). Este sermão, não apenas por parte dos BRICS mas também de outras nações do G20, engatilhou uma resposta irritada do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, que mesmo antes do encontro do G20 havia declarado que *“We are not coming here to receive lessons in terms of democracy or in terms of how to handle the economy”* (citado em Weinberg, 2012). Estas declarações mostram que os europeus estavam sob considerável pressão naquele momento. Algumas semanas depois concordaram em estabelecer a tão necessária união bancária na zona do euro.

Este desenrolar demonstra que um dos resultados dessa crise é o possível aumento da simetria nas parcerias estratégicas da UE com os BRICS (Grevi e Renard, 2012). A crise mostrou que a Europa ainda importa, mas também que possui fraquezas consideráveis. Até a crise, oficiais dos BRICS costumavam reclamar da atitude paternalista dos europeus, que saudavam a desregulamentação e o livre mercado como soluções definitivas para todos os problemas. Isso pode ter mudado: é possível que os europeus estejam abertos a aceitar modelos de desenvolvimento econômico que contem com maior participação do Estado – o que é o caso dos cinco BRICS – apesar de que, conforme mencionado anteriormente, esta aceitação pode também fortalecer as forças mais protecionistas dentro da Europa.

4. A HETEROGENEIDADE DOS BRICS

O rótulo dos BRICs cunhado por Jim O'Neill, do Goldman Sachs, em 2001, tem sido um sucesso inegável de marketing para atrair a atenção dos investidores para estes países. Tornou-se o conceito mais falado para demonstrar o declínio do Ocidente e a ascensão do Resto. Os quatro países originalmente incluídos nesta etiqueta (Brasil, Rússia, Índia e China) tiveram altas taxas de crescimento nos anos anteriores à crise, e resistiram a crise financeira global relativamente bem, com pequenas recessões. Além disso, é extraordinário observar como um conceito criado por um banqueiro de investimentos evoluiu para um encontro informal regular entre os líderes destes países, com a adição da África do Sul em 2011. Este é um claro exemplo da importância das ideias na economia política internacional. Ainda assim, a coerência econômica, política e estratégica do grupo é questionável: a força condutora do grupo é, na verdade, a China (Nye, 2013), que é o país que produz a maior parte dos recursos logísticos, organizacionais e financeiros para que a iniciativa tenha continuidade. Isso não é nenhuma surpresa: dados do FMI demonstram que a economia chinesa (US\$ 8.2 trilhões) é, sozinha, muito maior do que as dos outros quatro países combinadas (US\$ 6.6 trilhões.).

Em certa medida os projetos de crescimento da China e da Índia são similares: ambos podem ser vistos como detentores de economias extremamente dinâmicas e com enorme potencial. O Brasil, por outro lado, dificilmente alcançará o mesmo padrão de crescimento. A Rússia, por sua vez,

nem mesmo poderia ser considerada um mercado emergente: assemelha-se mais a uma economia desenvolvida apoiada na exportação de commodities, mas com uma demografia em declínio. Por fim, a África do Sul é uma economia consideravelmente pequena (US\$384 bilhões) em termos comparativos. Adicione-se a isso o fato dos cinco países possuírem sistemas políticos completamente distintos: enquanto Brasil, Índia e África do Sul são democracias dinâmicas, China e Rússia são regimes autoritários. Ultimamente o que os une é o seu desejo de aumentar a própria influência na governança dos assuntos políticos e econômicos do sistema internacional, e seu objetivo comum é democratizar a ordem internacional. Contudo, em um amplo espectro de assuntos suas estratégias são incompatíveis (Laidi, 2011). Brasil, Índia e África do Sul, por exemplo, ambicionam um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Rússia e China, contudo, resistem a qualquer movimento que possa diluir sua influência neste órgão crucial de tomada de decisões.

A última grande proposta apresentada pelo grupo foi com relação ao estabelecimento de um banco de desenvolvimento comum, que teria US\$ 50 bilhões de capital inicial. A ideia é formar sua própria instituição multilateral de empréstimos, independente do FMI e do Banco Mundial, ainda dominadas pelos Estados Unidos e pela UE. Contudo, até o momento o projeto não se materializou. Aparentemente ainda há divergências com relação a localização da sede, as contribuições financeiras dos países membros, o formato da política de empréstimo e suas condições, e a composição do quadro de funcionários. Todos estes obstáculos apontam para uma característica fundamental dos BRICS e de cada membro em particular: ainda que muito ativos e unidos na demanda por mais voz na governança dos assuntos internacionais, possuem pouco a dizer no que se refere a propostas de uma ordem alternativa. Esta falta de visão e coesão reflete-se no uso de suas moedas nacionais. Ao longo dos últimos anos, em seus comunicados conjuntos, os BRICS afirmaram que era chegado o momento de afastar-se do dólar e criar um sistema monetário internacional baseado em múltiplas moedas; para este fim declararam que promoveriam o uso de suas moedas nacionais em suas relações comerciais bilaterais. Contudo, até o presente momento o uso de suas próprias moedas no comércio internacional se mantém insignificante, e o dólar e o euro continuam sendo as moedas mais usadas internacionalmente.

5. O APOIO ATIVO DA CHINA AO EURO

Dada a heterogeneidade do grupo, vale a pena observar cada país separadamente, e no que se refere à crise na zona do euro a China possui papel preponderante. As autoridades chinesas já perceberam há algum tempo, principalmente após a crise financeira global, que são mais dependentes do dólar do que seria desejável. Ao atrelar sua moeda ao dólar acumularam US\$ 3,3 trilhões em reservas externas, o que faz do país o principal credor dos Estados Unidos. Entretanto, ter todos estes dólares é também uma fonte de risco, ainda mais no atual ambiente monetário no qual o FED vem adotando uma política monetária ainda mais folgada, estimulando a crescente preocupação da economia de que pretenda aumentar a inflação para controlar os altos níveis do déficit nacional. De forma a minimizar sua exposição a esse risco, as autoridades chinesas sempre foram receptivas à chegada do Euro como uma alternativa de diversificação. Conforme reconhecido pelo vice-diretor do Banco Central Chinês, Wu Xiaoliang, antes da crise, em 2007: *“With the economic development of the European Union and the stability of the euro, the increasing proportion of euros in reserves of central banks is an inevitable trend”* (Xinhua, 2007).

No entanto, o que é ainda mais significativo é o fato da China ter continuado essa diversificação através do euro ao longo da crise. De diversas maneiras, foi a força externa decisiva que manteve o valor do Euro estável em momento de enorme turbulência financeira. Enquanto o mundo anglo-americano tem sido alarmista com relação a possibilidade de uma quebra do euro, as autoridades chinesas contrabalancearam este pessimismo com uma perspectiva mais positiva do mercado único. A influência da China na sustentação da moeda europeia foi reconhecida por ninguém menos que o investidor de divisas George Soros, que chegou ao ponto de declarar que *“China saved the euro”*. Em suas palavras, durante a crise grega em 2010 *“once it was discovered that China was a buyer, the euro jumped from its value of \$1.20 to \$1.30”* (citado em White, 2010). Parece que Soros, como tantos outros investidores pessimistas com relação a moeda única, modificaram seus pontos de vista sobre o euro após serem “contrariados” pela estratégia chinesa de apoio a moeda.

Ao longo da crise autoridades chinesas declararam em diversas ocasiões que estavam preparadas para comprar títulos da dívida pública da periferia da zona do euro de forma a estabilizar a situação destes países. Um editorial da

agência estatal de notícias *Xinhua* entitulado “*Euro will not fail*” resume bem a abordagem chinesa para a crise:

Contrary to the widespread claim that the eurozone is doomed to break up, the single currency will not fail. [...] Despite its shortcomings, which have been exposed by the debt crisis, the euro has brought economic benefits and currency stability to its members. A breakup of the eurozone would be politically unacceptable (Xinhua, 2010).

As autoridades chinesas descartaram a possibilidade de uma quebra do Euro por acreditar na construção de uma ordem global multipolar além da hegemonia estadunidense. Neste cenário ideal os chineses querem ver na UE um pólo forte, unido e independente, com força suficiente para agir contrabalanceando os Estados Unidos. O euro é a representação mais viva do projeto de integração europeu, razão pela qual a possibilidade de que fracasse é rejeitada. Aparte desta explicação ideológica, há também razões materiais: o valor do dólar vem acumulando declínio estrutural há décadas, o que é uma grande fonte de preocupação em Beijing, já que mais de 60% da sua reserva de US\$3,3 trilhões está alocada em ativos expressos em dólares.

Além de aumentar a diversificação em direção ao euro, a China também precisa se preocupar com o valor dos euros que já possui. Após anos buscando esta política, diversos estudiosos acreditam que a parcela de euros na reserva chinesa já supera 30% do total (Casarini, 2012; Wang e Freeman, 2013). Dado que a China possui US\$3,3 trilhões em reservas, o montante em euros está em torno de US\$ 1 trilhão. Para contextualizar este dado, vale notar que é aproximadamente o mesmo valor que o Mecanismo de Estabilização Europeu (ESM) tem como poder de fogo para atenuar crises. Em outras palavras, para a China o euro se tornou “*too big to fail*”.

Os cálculos da China não se restringem apenas na necessidade de manter o valor do euro para manter o poder de compra da sua riqueza nacional alocado em produtos taxados em euros. Um euro relativamente forte também é necessário para manter a competitividade das suas exportações para a zona do euro, e para a UE como um todo. A zona do Euro é o segundo maior mercado de exportações da China, atrás apenas dos Estados Unidos (e a UE é o maior), logo uma desvalorização do euro em relação ao yuan diminuiria a demanda por produtos chineses. Este é um fator importante considerando que a China

ainda é altamente dependente do seu setor de exportação para manter o nível de desemprego baixo. Além disso, o mercado da UE é importante não apenas para as exportações chinesas, mas também para suas importações: a UE é o principal fornecedor de tecnologia com alto valor agregado para a China; dessa maneira, a China possui um interesse intrínseco na manutenção da estabilidade econômica, política e social na zona do euro.

As razões por trás do apoio dado pela China ao euro certamente não são apenas econômicas: a política, e mais especificamente a política internacional, também desempenha um papel importante. Através do apoio ao euro e a zona do euro em um momento de crise, o governo chinês busca aumentar sua influência política na Europa e transformar os europeus em aliados nas disputas econômicas internacionais. Desde que a crise teve início, por exemplo, oficiais europeus evitaram criticar publicamente a desvalorização do Yuan. Além disso, na Cúpula UE-China de 2012 as duas partes concordaram em revisar o status da economia de mercado chinesa. Ainda que pareça uma concessão pequena por parte dos europeus, o status de economia de mercado pode não ser o único tema que as autoridades chinesas buscarão negociar em troca de ajuda financeira. É muito provável que Beijing tenha usado essa oportunidade para pedir novamente que a Europa retire o embargo de armas, ou reduzir o seu poder de votação no FMI para que os mercados emergentes, incluindo a China, tenham mais voz. A colaboração sino-europeia já pode ser vista em funcionamento quando da indicação do novo diretor do FMI: a China era um dos maiores apoiadores de Christine Lagarde, apesar das intensas demandas por um candidato não europeu. Parece que os governos chinês e francês chegaram a um acordo através do qual Beijing apoiaria Lagarde, e em troca a nova diretora apontaria Min Zhu, um oficial e economista chinês, seu vice (Otero-Iglesias e Zhang, 2012).

Em geral, portanto, enquanto a China tem sido uma força promotora da erosão da competitividade da periferia da zona do euro, teve também papel fundamental na estabilização da zona durante a crise. Isso é especialmente significativo porque aponta para uma aparente mudança de papéis: enquanto as autoridades estadunidenses têm sido passivas e demonstrado pouca vontade de prover assistência financeira aos europeus, e seu setor privado tem sido consideravelmente eurocético, levando à retirada massiva de fundos da zona do euro em 2011, as autoridades chinesas e sua mídia estatal tem sido muito mais otimistas, e demonstram vontade de oferecer uma mão amiga através da

manutenção de seus investimentos na dívida pública europeia e do aumento significativo de seus investimentos na economia real, especialmente na periferia da zona do euro. Ainda assim, o papel mais ativo da China tem sido visto ao mesmo tempo como uma benção e uma maldição: por um lado, o apoio chinês ao euro e o aumento do investimento externo direto é bem-vindo; por outro, em uma era de crescentes guerras cambiais, sustentar o euro pode ser prejudicial para a periferia da zona, que necessita uma moeda menos valorizada. Em alguns campos há também a suspeita de que as autoridades chinesas estão usando a crise para comprar ativos econômicos valiosos no momento em que estão mais baratos (Godement et al., 2011). Outros, contudo, acreditam que o aumento dos investimentos chineses na Europa é um desenvolvimento positivo, uma vez que pode facilitar a abertura do mercado chinês para os investidores europeus. Nesse sentido há esperança de que a UE conclua em breve um acordo de bilateral de investimentos.

6. A CRISE DA ZONA DO EURO E OS BRICS

Enquanto o papel da China na crise do Euro tem sido enorme, devido à sua proporção e proatividade, a contribuição dos outros BRICS é menos óbvia. Conforme previamente mencionado, após certa dose de *lobby* por parte dos europeus, Brasil, Índia e Rússia ofereceram US\$ 10 bilhões cada para aumentar os estoques de empréstimo do FMI, de forma a funcionar como tampão contra uma possível deterioração da crise na periferia da zona do Euro. Mas além desta oferta, não houve nenhum registro de atividade na compra da dívida pública da zona do euro por parte destes países, ao contrário: após o capital russo sofrer grandes perdas com o resgate europeu do sistema bancário cipriota, o Primeiro Ministro russo Dmitry Medvedev alertou que seu país poderia rever a porcentagem de euros em suas reservas, que no momento representam 42% de US\$ 537 bilhões (*Reuters*, 2013). Considerando esta aparente ameaça, é importante ressaltar que a Rússia atuou de maneira consideravelmente responsável durante a crise no Chipre. Apesar de muitos cidadãos e companhias russas terem perdido grandes quantias de dinheiro, as autoridades não retaliaram com qualquer agressividade. Isso se deve ao fato de que a Rússia ainda é fortemente dependente do mercado europeu: a UE é o principal parceiro comercial da Rússia, e estima-se que 75% de todo o investimento externo direto na Rússia venha da UE. Conforme mencionado anteriormente, ainda que em

algum momento a Rússia possa diversificar sua exportação de commodities para outras regiões do mundo, até o presente momento a UE importa, razão pela qual a Rússia não pode arcar com a possibilidade de estar em maus termos com seu vizinho ocidental.

O Brasil é muito menos importante do que a China ou a Rússia no que se refere a quantidade de reservas de moeda estrangeira em euros, o que é um reflexo de volumes de comércio muito mais baixos. Enquanto a China e a Rússia são respectivamente o segundo e terceiro maiores parceiros comerciais da UE, representando 13.3% e 9.5% do comércio da UE, o Brasil é o nono parceiro, com uma parcela de apenas 2.3%. Consequentemente, os últimos dados publicados pelo Banco Central do Brasil mostram que no fim de 2011 a parcela de euros nas reservas brasileiras era de apenas 5%, ou US 375 bilhões, o que representa uma queda em relação aos 9.5% registrados em 2009. Surpreendentemente, o Banco Central Europeu possui mais dólares canadenses (6%) em seus cofres do que euros (BCB, 2012). Isso não significa que a UE seja insignificante para o Brasil: é o principal parceiro comercial brasileiro, representando aproximadamente 20% de todo o comércio do país, ainda que esta parcela tenha diminuído nos últimos anos com o crescimento da China. O Brasil também é um dos mais importantes receptores de investimento externo direto de capital europeu: cerca de 50% de todo o fluxo de IED que o Brasil recebeu nos últimos 5 anos teve como origem a UE. O Brasil é especialmente importante para países atingidos pela crise, como a Espanha, que depois dos Estados Unidos é o maior investidor no Brasil, com um total de US\$85 bilhões em 2010 (BCB, 2012b). Com a piora da situação econômica na Espanha, muitas companhias espanholas viram o Brasil como alvo para seus bens, serviços e investimentos. Este cenário não diz respeito apenas a alguns gigantes como Santander, Repsol e Iberdrola, mas também a empresas e investidores pequenos e médios. Atualmente mais de 5000 companhias espanholas estão operando no Brasil, e a tendência é que este número cresça nos próximos anos. Da mesma forma, é possível também que empresas brasileiras aumentem seus investimentos em locais como Espanha e Portugal, devidos aos fortes laços existentes entre esses países.

As reservas de divisas indianas não ainda menores das da Rússia e do Brasil, não atingindo os US\$ 300 bilhões, e assim como no caso do Brasil tendem a ser majoritariamente em dólares, deixando ao euro uma parcela minoritária. Assim como nos casos anteriores, isso não significa que a UE não

seja importante para a Índia: o bloco se mantém como o principal parceiro comercial do país. Mas assim como nos outros casos também é verdade que a China está tentando diversificar suas relações comerciais, distanciando-se do mercado europeu. A fatia da UE no mercado indiano está caindo rapidamente: somava 45% do comércio indiano em 1960, caiu para 28% no início dos anos 1990, e hoje representa apenas 15%. O comércio indiano hoje é primordialmente voltado para a Ásia, vista como a região mais dinâmica do mundo (Boillot, 2012). Significativamente, importantes formuladores de política e intelectuais indianos falam sobre o nascimento de um século tripolar, formado por Estados Unidos, China e Índia, em um claro contraste a visão chinesa, que ainda acredita em um triunvirato de Estados Unidos, China e UE. É interessante observar como as percepções em Beijing e Nova Déli diferem: enquanto de maneira geral os formuladores de política e especialistas indianos estão bastante céticos com relação ao futuro do euro, e da UE como um todo – talvez porque são amplamente influenciados pelo euroceticismo dominante no Reino Unido – seus equivalentes chineses são mais otimistas. Apesar no cenário geral pessimista pintado em Nova Déli sobre o futuro a longo prazo da Europa, investimentos externos diretos bilaterais entre as duas partes cresceram após a crise. Empresas indianas começaram a comprar empresas europeias (principalmente britânicas) para evitar o estigma negativo associado ao “Made in India”. Assim como ocorreu na China, as elites empresariais indianas viram a crise como uma oportunidade para adquirir marcas globais europeias, ao mesmo tempo em que algumas companhias europeias aumentaram seus investimentos na Índia, ainda que, conforme previamente mencionado, estas estratégias de mercado mais agressivas estejam despertando sentimentos protecionistas nos dois lados.

No que se refere à África do Sul, não há muito o que se possa dizer de maneira individual. Conforme mencionado anteriormente, a economia sulafricana é relativamente pequena se comparada com as de Índia, Brasil e Rússia, sem falar na China. Esta é razão pela qual é enganador tratar os BRICS como unidade. Assim como em outras situações, a UE é o principal parceiro comercial da África do Sul, e o principal destino de suas exportações. Para a UE, contudo, a África do Sul representa apenas 1.3% do total de seu comércio, e é consideravelmente menos importante que os outros BRICS. Isso não significa que a África do Sul seja irrelevante: é o principal destino das exportações da UE na África, e politicamente a UE está muito interessada em ampliar seus la-

ços estratégicos com a maior economia da África subsaariana, uma região com enorme potencial de crescimento que pode funcionar como mais uma herança inesperada para a Europa em crise.

7. CONCLUSÃO

De maneira geral este capítulo buscou desenvolver quatro argumentos principais: o primeiro é que a crise da zona do euro é em parte uma consequência estrutural do declínio do ocidente e ascensão do Resto, incluindo os BRICS, e especialmente Índia e China. Em pouco mais de uma década a economia globalizada dobrou sua força de trabalho, e aumentou exponencialmente a competição (Freeman, 2008). As economias mais fracas e menos competitivas da zona do euro e da União Europeia são as primeiras vítimas destas variações sísmicas no poder econômico e, conseqüentemente, político (Rajan, 2012). Contudo, ainda que a UE esteja em declínio, o segundo argumento aponta para o fato de que a crise mostrou que o bloco ainda é um pilar fundamental da economia internacional: caso colapse, todos os outros, inclusive os Estados Unidos e os BRICS, sofrerão. A UE representa um quarto do PIB mundial, e é o principal parceiro comercial de todos os cinco países membros dos BRICS, o que leva ao terceiro argumento: para compreender o papel dos BRICS na zona do euro não se pode analisá-los como unidade – é mais útil fazê-lo individualmente. Isto feito se torna óbvio que a China é o ator chave nesta história, não apenas por ter contribuído para erodir a competitividade da periferia da zona do euro, mas também por vir sendo o país mais ativo em apoiar a moeda única ao longo da crise. As razões da China não são altruístas, ou devido a qualquer sentimentalismo em relação a UE: o apoio se deu porque o país investiu muito no projeto europeu, e quer proteger seus investimentos. No momento em que o capital estadunidense foi retirado da Europa, gerando enorme instabilidade nos mercados financeiros europeus e internacionais, a China ocupou o vácuo e sua força contrabalanceou este movimento.

O argumento final deste capítulo é que os BRICS são cada vez mais vistos na Europa com medo e desconfiança. A aquisição crescente de companhias europeias por parte da China contribui para esta percepção de ameaça, o que levou ao aumento das vozes protecionistas. Algumas partes do velho continente se sentem vulneráveis ao que percebem como competição injusta dos mercados emergentes, e sua reação instintiva é levantar barreiras é voltar-se

para dentro – quanto mais a crise europeia se prolonga, mais força este sentimento ganha. A Europa encontra-se em uma encruzilhada por diversas razões: internamente, precisa decidir se aprofunda seu processo de integração, com o estabelecimento de uma união política e fiscal que torne a problemática união monetária existente sustentável; externamente precisa definir se abraça os desafios e oportunidades que vem com a ascensão do Resto ou se começa a construir barreiras protecionistas, sob a crença de ser esta a única maneira de preservar o estado de bem-estar social europeu.

Economicamente falando a história mostra que uma Europa autocentrada e introspectiva não é uma proposta atrativa. O continente deveria assumir o desafio da ascensão do Resto e observar as oportunidades que esta evolução estrutural pode trazer. Perder influência e poder para outras partes do mundo nunca é fácil, mas fechar-se para o mundo acreditando que desta maneira as ameaças desaparecerão é ilusório. Até o presente momento, à exceção das corporações multinacionais europeias e das empresas pequenas e médias alemãs, a maior parte das companhias, em especial na periferia, negligenciou os mercados emergentes. Estas empresas estavam satisfeitas em explorar outras partes do mercado único europeu, e a crise pode ser um estímulo para a mudança deste comportamento. Com a demanda doméstica estagnada na maior parte da zona do euro, se quiserem sobreviver pequenas e médias empresas não terão outra opção a não ser encontrar mercados fora da UE. Numerosos estudos já apontaram que nas próximas décadas dois terços da população mundial de classe média estará na Ásia (UNDP, 2013), e as empresas europeias precisam estar preparadas para suprir estes novos mercados. Nesse sentido, os BRICS, a Ásia como um todo e outros mercados emergentes, como a Turquia, o México e a Nigéria podem deixar de ser um problema para se tornar a solução para a crise atual. Além disso, todos estes países quererão ampliar suas economias, e para isso deverão investir na Europa para adquirir conhecimento e prática em administração, novas tecnologias e desenvolvimento de marcas. Este capital externo deveria ser visto como uma oportunidade inesperada, e não como uma ameaça aos interesses nacionais.

Contudo, de forma a tornar essa transformação sísmica mais palatável não apenas para os ganhadores, mas também para quem perde com a globalização, a Europa precisa se tornar mais unida e ativa como ator nas relações internacionais, o que não acontece internamente: países diferentes possuem interesses diferentes, e a crise do euro é um reflexo disso – enquanto o norte

da UE, incluindo a Alemanha, é a favor do livre comércio e da expansão da liberalização, o sul e a França estão mais inclinados a proteger seus setores mais frágeis. É necessário comprometimento para que se tenha uma voz mais forte no nível global, inclusive no FMI. Neste momento o regime neoliberal advogado pelos Estados Unidos e apoiado pela UE ao longo das últimas quatro décadas está sendo seriamente questionado na maior parte dos mercados emergentes, simplesmente porque os Estados Unidos atacaram a crise com o mesmo remédio que no passado negou aos emergentes: estímulos fiscais e monetários agressivos e nacionalização massiva. Este exemplo encorajou outros países a quebrar as três normas não escritas que tem governado o sistema monetário internacional: 1) taxas de câmbio com flutuação livre 2) contas de capital aberto e 3) bancos centrais independentes. Encontramos-nos cada vez mais no interregno que pode facilmente levar da guerra cambial para o crescente protecionismo, e então para guerras comerciais e tensões geopolíticas cada vez mais fortes. Para evitar que isso aconteça, a UE, como entidade liberal, deve trabalhar ativamente com os Estados Unidos e os BRICS promovendo o liberalismo mesclado que poderia não apenas suavizar as instabilidades que emanam dos mercados livres, mas também evitar monopólios estatais, excesso de regulação e tendências nacionalistas.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, Volume 4, Brasília, June, 2012a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Censo 2011 (ano-base 2010 – Resultados Preliminares), Estatísticas econômicas de capitais estrangeiros no país, Brasília, 2012.
- BOILLOT, J.-J. The EU and India: Reinvigorating a tired partnership', in G. Grevi and T. Renard eds.) *Partners in Crisis: EU Strategic Partnerships and The Global Economic Downturn*, European Strategic Partnerships Observatory, Report 1, Brussels, Fride and Egmont, 2012.
- BUCKLEY, C. Wen says China has stake in helping Europe', *Reuters*, 5 de fevereiro, 2012.
- CASARINI, N. For China, the euro is a safer bet than the dollar', European Union Institute for Security Studies Analysis Paper, EUISS, Paris, Junho, 2012.
- CHEN, R. et al. External Imbalances in the Euro Area', IMF Working Paper WP/12/236, International Monetary Fund, Washington DC, 2012.
- DE GRAUWE, P. Fighting the wrong enemy', *EU VOX*, 19 de maio, 2010.
- EUROPEAN COMMISSION. Ninth Report on Potentially Trade Restrictive Measures: September 2011-1 May 2012', Directorate General for Trade, Brussels, 6 de junho, 2012.
- FREEMAN, R.B. The new global labor market', *Focus*, 26(1), Verão-outono, 2008.
- GODEMENT, F. et al. The Scramble for Europe. *Policy Brief* No. 37, European Council on Foreign Relations, Julho, 2011.
- GREVI, G.; RENARD, T. (eds.). *Partners in Crisis: EU Strategic Partnerships and The Global Economic Downturn*, European Strategic Partnerships Observatory, Report 1, Brussels, Fride and Egmont, 2012.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook: Hopes, Realities, Risks, Washington DC, Abril, 2013.
- LAIDI, Z. The BRICS against the West?', CERI Strategy Papers No. 11, Science Po Paris, Novembro, 2011.
- NYE, J. Global Power in a Shifting International Order: the West and the rest, Public Lecture at the London School of Economics and Political Science, London, 8 de maio, 2013.
- O'NEILL, J. BRICs should be seen as an opportunity not a threat', *The Telegraph*, 21 de Novembro, 2011.
- OTERO-IGLESIAS, M. The eurozone crisis many need to get worse before it can be solved', *European Politics and Policy*, 24 de janeiro, 2013.
- OTERO-IGLESIAS, M and ZHANG, M. EU-China Collaboration in the Reform of the International Monetary System: Much Ado About Nothing?', Working Paper No. 2012W07, Research Center for International Finance, CASS, Beijing, 27 de abril, 2012.
- RAJAN, R.G. The True Lessons of the Recession. *Foreign Affairs*, Maio-Junho, 2012.
- REUTERS. Russia may rethink euro in reserves after Cyprus – PM', 21 de março, 2013.

SRINIVASAN, R. Manmohan's sermon at Los Cabos. *The Hindu*, 20 de junho, 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). 2013 Human Development Report: The Rise of the South. New York, 2013.

WANG, Y and D. Freeman. The International Finance Crisis and China's Foreign Reserve Management, *Asia Paper* 7(2), Brussels Institute of Contemporary China Studies, 29 de março, 2013.

WEINBERG, A. EU chief at G20 Summit: We're not here to 'recive lessons from nobody. NBC News, 18 de junho, 2012.

WHITE, G. Soros: China Saved the Euro', *Reuters*, 15 de setembro, 2010.

XINHUA. Euro will not fail', 29 de novembro, 2010.

XINHUA. China's deputy central banker predicts bigger share of the euro in world reserves, 31 de maio, 2007.